

**PROPOSTA DE RESOLUÇÃO****IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA**

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2026/18157</b>	<b>27119/2026</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Assunto do Processo		
<b>Proposta à Câmara Municipal - CPE.22.25.DMOSM – Requalificação e Ampliação da Escola Básica do Bairro Económico - MOC 2</b>		
Unidade Administrativa		
<b>DOP - DGO [ENTRADAS]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

**FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS****CPE.22.25.DMOSM – Requalificação e Ampliação da Escola Básica do Bairro Económico - MOC 2**

Propõe-se a aprovação e autorização, pela Câmara Municipal, para a execução dos trabalhos complementares constantes da proposta de MOC 2 que se anexa, no valor global de 59.051,19€ + IVA, bem como aprovação da minuta do contrato da MOC 2.

Submete-se ainda à aprovação, a prorrogação de prazo da empreitada por 37 dias, para execução dos trabalhos complementares, passando a data inicialmente prevista para a conclusão da empreitada para 23/07/2027.

Nos termos da informação técnica anexa, por aplicação da corresponsabilização do empreiteiro, prevista nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), o encargo do Dono de Obra é de 29.525,60€ + IVA, para o qual foi emitido o cabimento e compromisso prévios que se anexam.

Anexos:

Informação técnica;

Minuta MOC2;

Cabimento;

Compromisso.

**PROPOSTA DE RESOLUÇÃO**

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

**DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**



**CPE.22.25. DMOSM-REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO BAIRRO ECONÓMICO**

**MODIFICAÇÃO OBJETIVA DO CONTRATO DA EMPREITADA**  
**2.º Adicional ao Contrato da Empreitada**

**I. ENQUADRAMENTO**

Por deliberação da Câmara Municipal de 28 de julho de 2025, o dono da obra, na qualidade de entidade adjudicante, promoveu o procedimento por Concurso Público **CPE.22.25. DMOSM - REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO BAIRRO ECONÓMICO**, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e republicações em vigor.

No seguimento da Proposta de Adjudicação, por deliberação da Câmara Municipal de 10 de dezembro de 2025, o dono da obra adjudicou ao empreiteiro **M. KAIROS - Engenharia e Construção, SA**, a referida obra objeto do referenciado procedimento, pelo valor de **5.354.000,00 €** (cinco milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

**II. DATAS CHAVE DA EMPREITADA**

O contrato da empreitada foi celebrado em **23/01/2026**.

A aprovação do plano de segurança e saúde ocorreu em **05/03/2026**.

A consignação da empreitada ocorreu em **23/03/2026**.

O prazo de execução dos trabalhos da empreitada são **450 dias**.

A data prevista para a conclusão dos trabalhos da empreitada é **16/06/2027**.

**Nos capítulos seguintes, elencam-se os fundamentos para a presente proposta de Modificação Objetiva ao Contrato.**



### III. TRABALHOS COMPLEMENTARES

Nos termos do disposto no **n.º 1 do artigo 370.º do Código dos Contratos Públicos**, *“são trabalhos complementares aqueles, cuja espécie ou quantidade não esteja prevista no contrato e cuja realização se revele necessária para a sua execução”*. De referir ainda que de acordo com o disposto nas **alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 373.º do Código dos Contratos Públicos**, os trabalhos complementares subdividem-se em duas categorias distintas: (i) trabalhos complementares a preços contratuais (PC) previstos no contrato inicial celebrado, e (ii) trabalhos complementares a preços novos (PN) determinados mediante proposta da entidade executante, objeto de negociação e enquadrados nos valores de referência de mercado, tendo por base os custos de materiais, mão-de-obra e equipamentos. Assim, procede-se à descrição e fundamentação técnica dos trabalhos complementares considerados necessários à plena execução da empreitada:

#### **a) Suprimento de Erros e Omissões**

Nos termos do disposto no **n.º 4 e sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos**, *“o empreiteiro deve, no prazo de 60 dias contados da data da consignação total ou da primeira consignação parcial, reclamar sobre a existência de erros ou omissões só detetáveis nesse momento, sob pena de ser responsável por suportar metade do valor dos trabalhos complementares de suprimento desses erros e omissões”*.

Para a presente análise é importante, desde já, referir também o disposto no **n.º 3 do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos**, isto é, *“o empreiteiro suporta metade do valor dos trabalhos complementares de suprimento de erros e omissões cuja deteção era exigível na fase de formação do contrato, nos termos do artigo 50.º, exceto pelos que hajam sido nessa fase identificados pelos interessados, mas não tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra”*.

Na fase de preparação para a execução do contrato, dois dias antes da data prevista para a consignação da obra, o empreiteiro identificou uma omissão no projeto de execução: **a necessidade de executar poços de fundação**.

Estes trabalhos encontram-se identificados na planta de fundações e indiciados nos ensaios geológicos e geotécnicos, mas foram omitidos no Mapa de Quantidades de Trabalhos (MQT).



Embora os poços de fundação não tenham sido refletidos no Mapa de Quantidades de Trabalhos, os mesmos encontravam-se representados nas peças desenhadas e eram compatíveis com os elementos geotécnicos disponibilizados no procedimento, não tendo, portanto, havido uma omissão absoluta.

Tal circunstância permitia, em abstrato, a perceção da necessidade desses trabalhos mediante uma análise integrada das peças de concurso, pelo que se considera que a sua deteção era exigível na fase de formação do contrato, nos termos do artigo 50.º.

Considerando os factos acima elencados, e por aplicação do n.º 3 do artigo 378º do CCP, o empreiteiro suporta metade do valor dos trabalhos complementares de suprimento de erros e omissões cuja deteção era exigível na fase de formação do contrato.

Nestes termos, e por forma a dar cumprimento ao projeto de estabilidade, verifica-se a necessidade de executar os trabalhos abaixo discriminados, os quais devem ser contratualizados a preços contratuais (PC) e/ou a preços novos (PN). Após análise técnica e económica, considera-se que os preços unitários novos apresentados pela entidade executante enquadram-se nos valores de referência praticados no mercado.

Artigo	Designação	Un.	Quant.	Preço Unitário	Preço Total	Tipo de Preço PC   PN
<b>E&amp;O SUPRIMENTO ERROS E OMISSÕES</b>						
	ERROS & OMISSÕES					
	ESTABILIDADE					
Omissão 1	ESCAVAÇÃO PARA FUNDAÇÕES Escavação em terreno compacto para execução de poços de fundações, até profundidade máxima de 3,75m, incluindo baldeação.	m³	237,02	32.96	7.812,18€	PN
3.2.1.4	Carga, transporte, descarga e colocação de terras provenientes de escavação, à distância média de 20km de acordo com as especificações do caderno de encargos e eventual indemnização por depósito	m³	331,83	12,35 €	4.098,10€	PC
Omissão_04	Execução de poços de fundação em betão ciclópico C12/15, X0, Cl 1.0, S3, Dmáx 30 mm, considerando um sobreconsumo de 10% sobre o volume total. Inclui fornecimento, colocação, compactação e cura do betão, bem como incorporação de rachão com dimensão máxima de 25 cm. Inclui ainda todos os materiais, equipamentos e trabalhos necessários à sua correta execução, de acordo com o projeto.	m³	237,02	198,89	47.140,91€	PN
<b>TOTAL TRABALHOS COMPLEMENTARES A AUTORIZAR</b>					<b>59.051,19 €</b>	
<b>Corresponsabilização do empreiteiro em 50%(disposto no n.º 3 do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos (CCP)).</b>					<b>29.525,60€</b>	
<b>TOTAL TRABALHOS COMPLEMENTARES A CABIMENTAR</b>					<b>29.525,60€</b>	



#### IV. RESUMO

Os **trabalhos complementares** descritos anteriormente, **totalizam o valor de 59.051,19€** (cinquenta e nove mil, cinquenta e um euros e dezanove cêntimos), **correspondendo a 1,10% do valor contratual inicial.**

Os trabalhos em causa devem ser realizados pela entidade executante da empreitada, uma vez que a substituição do cocontratante se revela inviável, tanto do ponto de vista económico como técnico. Tal inviabilidade decorre, nomeadamente, da necessidade de garantir a total compatibilidade, permutabilidade e interoperabilidade com os equipamentos, serviços ou infraestruturas previamente instalados ou em fase de execução. Acresce que eventual contratação de um novo operador colocaria em causa a garantia da obra e acarretaria um aumento substancial dos encargos do Dono da Obra, comprometendo os princípios da boa gestão financeira e da economicidade da contratação pública.

A presente situação enquadra-se, portanto, nos pressupostos previstos nas **alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 370.º do Código dos Contratos Públicos**, que permitem a adjudicação de trabalhos complementares ao adjudicatário inicial, sem necessidade de novo procedimento.

Por fim, apresenta-se uma tabela resumo com os valores acumulados decorrentes das modificações objetivas previamente aprovadas, bem como da presente proposta de modificação, para efeitos de verificação do cumprimento dos limites legalmente estabelecidos para trabalhos complementares e supressão de trabalhos, nos termos do disposto, respetivamente, no **n.º 4 do artigo 370.º e no n.º 1 do artigo 381.º do Código dos Contratos Públicos.**

Designação	Trabalhos Complementares (Artigo 370.º, n.º 4)		Supressão de Trabalhos (Artigo 381.º, n.º 1)	
	Valor (€)	%	Valor (€)	%
<b>MOC 1</b>	54.824,01 €	1.02%	-	0%
<b>MOC 2</b>	59.051,19 €	1,10%	-	0%
<b>TOTAIS</b>	<b>113.875,20 €</b>	<b>2,12%</b>	-	<b>0%</b>
<b>LIMITES LEGALMENTE ESTABELECIDOS</b>	<b>2.677.00,00 €</b>	<b>50 %</b>	<b>1.070.800,00€</b>	<b>20 %</b>

Deste modo, verifica-se que o valor global dos trabalhos complementares propostos não excede 50% do preço contratual inicial, enquadrando-se no limite legalmente



estabelecido, nos termos do disposto no **n.º 4 do artigo 370.º do Código dos Contratos Públicos (CCP)**.

## **V. IMPACTO NO PRAZO DE EXECUÇÃO**

Tendo em conta a tipologia e o volume dos trabalhos complementares necessários, verifica-se que a sua execução tem impacto direto no caminho crítico da empreitada e no prazo de execução.

O empreiteiro apresentou um prazo de 37 dias para a execução destes trabalhos complementares, passando a data inicialmente prevista para a conclusão da empreitada, para 23/07/2027.

## **VI. PROPOSTA**

Face ao atrás exposto, sem prejuízo de outras questões que se possam verificar, propõe-se a **aprovação**, pela Câmara Municipal, para a execução dos **trabalhos complementares, no valor global de 59.051,19€ + IVA**.

Com vista à autorização destes trabalhos, deve proceder-se ao registo do **cabimento prévio e respetivo compromisso**, relativo ao encargo total de **29.525,60€ + IVA**, por aplicação da corresponsabilização prevista nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos (CCP). O empreiteiro é responsável por trabalhos de suprimento erros e omissões detetáveis na fase de formação do contrato, que não foram detetados naquela fase por nenhum dos interessados, no montante de **29.525,60€**.

Propõe-se ainda, a prorrogação do prazo da empreitada por 37 dias, prevendo-se a sua conclusão para 23/07/2027.

Ainda, de acordo com o disposto no artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos, é exigido que este contrato adicional seja reduzido a escrito, pelo que deverá ser solicitada a respetiva **elaboração da minuta**.

O Gestor do Contrato,

**INFORMAÇÃO**  
Número: 2026-14700 Data: 22/05/2026

Código Validação: 3TMPM4SZGN4WFG2RAUGDTTTL  
Verificação: <https://braga.balcaoelectronico.pt/>  
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 5 / 6



**OBRA:** 25041 | REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO BAIRRO ECONÓMICO

**REF.ª** TC02.R2-BETÃO CICLÓPICO

ART	DESIGNAÇÃO DOS TRABALHOS	QUAN	UN	C. UNIT	C. TOTAL
<b>1</b>	<b>MOVIMENTO DE TERRAS</b>				
1,1	Execução de escavação em terreno compacto, para execução de poços até uma profundidade máxima de 3,75mts, incluindo baldeamento.	237,02	m3	32,96 €	7 812,18 €
<b>3.2.1.4</b>	<b>TRANSPORTE A VAZADOURO</b>				
	Carga, transporte, descarga e colocação de terras provenientes de escavação, de acordo com as especificações do caderno de encargos e eventual indemnização por depósito	331,83	m3	12,35 €	4 098,10 €
<b>2</b>	<b>OBRA DE BETÃO</b>				
	<b>POÇOS FUNDAÇÃO</b>				
	Execução de poços de fundação em betão ciclópico C12/15, X0, Cl 1.0, S3, Dmáx 30 mm, considerando um sobreconsumo de 10% sobre o volume total. Inclui fornecimento, colocação, compactação e cura do betão, bem como incorporação de rachão com dimensão máxima de 25 cm. Inclui ainda todos os materiais, equipamentos e trabalhos necessários à sua correta execução, de acordo com o projeto	237,02	m3	198,89 €	47 140,91 €
<b>PREÇO CONTRATO</b>					<b>PC</b>
<b>PREÇO NOVO</b>					<b>PN</b>
<b>TOTAL GERAL</b>					<b>59 051,19 €</b>

INFORMAÇÃO

Número: 2026-14700 Data: 22/05/2026

Código Verificação: 3TMRPM4SZGN4WFG2RAUG3TTM  
Verificação: https://braga.balcaoelectronico.pt/  
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 6 / 6

**NOTA:**

A EXECUÇÃO DOS TRABALHOS ACIMA DESCRITOS TEM IMPLICAÇÕES COM O PRAZO GLOBAL DA OBRA DE 37 DIAS

**ELABORADO POR:**

**Data:**

22/05/2026

**Direção de Obra:**

